Conexões Explosivas, literatura no Direito Penal.

Autor(res)

Kenio Barbosa De Rezende
Waldirene Lucena Da Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

A literatura caminha ao lado do direito há muito tempo como percebe-se no artigo de Myrna Alves de Britto, “O estudo do direito e literatura no Brasil: surgimento, evolução e expansão”. Mas esta evolução tem acontecido de forma tímida e esparsa em nosso país, ao contrário do que ocorreu na Europa e EUA. A arte literária concentra-se na criação, no abstrato; enquanto que a arte jurídica busca o controle racional, a coerência e estrutura lógica da linguagem, sustentada por modelos conservadores oitocentistas, descritivos e mecânicos, talvez imaginando que assim se dê mais cientificidade à magistratura. Mas o estudo de Direito e Literatura vem se consolidando enquanto possibilidade de tornar o olhar dos operadores da justiça mais reflexivo, uma vez que a matéria principal do estudo do Direito e da Literatura é o Ser Humano. Ambos são perpassados por fenômenos linguísticos, que estão presentes em todo o ordenamento jurídico, como nas apelações, sentenças, interrogatórios, depoimentos. A linguagem é a matéria prima dos dois campos aqui abordados. Portanto, a literária só tem a contribuir, principalmente se introduzidos nas grades curriculares do ensino do Direito, permitindo que enfrentem "as questões éticas e morais, cujas respostas não se encontram nos manuais e muito menos nos códigos", como diz Trindade. Rudolf Von Lehring em 1872, analisou A luta pelo Direito, recorrendo a obra O mercador de Veneza de shakespeare, e Aloísio C. Filho usa M. de Assis em Processo penal e Capitu. Partindo desta perspectiva, este trabalho analisa o crime tipificado no artigo 217-A, ANT 225 e 226, cometido contra personagem Luana, na ficção Conexões Explosivas, do escritor e prof. Kênio Rezende. Neste trabalho o foco será apenas no caso da personagem citada, embora o livro traga mais possibilidades de analises jurídicas. E como se trata de uma obra super atual, conversa-se com as novas leis, fatos , e a linguagem atual pode atrair mais o discente.

Objetivo

O objetivo deste trabalho não é só analisar o crime cometido, o estupro da personagem, mas mergulhar nos detalhes do caso, apresentados pela ficção Conexões Explosivas. E através da leitura da obra exercitar, não somente a aplicação da Lei, mas refletir e debater sobre as contradições éticas e morais, permitindo ao estudante argumentar, refutar, preparar-se para o direito, usando literatura.

Material e Métodos

A presente pesquisa adotou como método principal a investigação bibliográfica, complementada por materiais audiovisuais e por consultas a artigos, dissertações e teses disponíveis em meio eletrônico. Como referência

central, utilizou-se a obra literária Conexões Explosivas, de autoria do professor Kênio Rezende, que serviu de base para a reflexão crítica e para a articulação teórica do tema.
O levantamento bibliográfico buscou contemplar não apenas obras impressas, mas também publicações digitais, artigos científicos de acesso livre e materiais acadêmicos localizados em bases virtuais. Foram considerados ainda textos jornalísticos e relatórios que dialogam com a problemática estudada, permitindo ampliar o escopo e conferir atualidade às discussões.
Além das fontes escritas, recorreu-se ao exame de vídeos de palestras, conferências e entrevistas, selecionados por sua pertinência temática. Esse material audiovisual possibilitou a aproximação entre a teoria encontrada nos textos e as práticas sociais que envolvem o debate.

Resultados e Discussão

O resultado do presente trabalho, que tomou como base para análise a obra Conexões Explosivas, de Kênio Rezende, romance de ação policial, que apresenta diversas situações de conflito, provou-se eficiente, ao alcançar o objetivo, que era utilizar a literatura tanto como método para estimular a interpretação, análise crítica e interdisciplinaridade , mas também como instrumento de humanização e empatia. Neste trabalho fala-se apenas do caso da adolescente Luana. A jovem personagem que é dopada e posteriormente estuprada por seu namorado e por um amigo deste. A narrativa aborda crime estupro de vulnerável, artigo 217-A do Código Penal, por se tratar de menor de 18 anos, incapaz de se defender por estar drogada. Mas também revela nuances que suscitam reflexões jurídicas e sociais. O episódio apresenta contradições relevantes: os autores do crime também são menores de idade. Nesse contexto, não há possibilidade de responsabilização penal nos termos do Código Penal, sendo a conduta tratada como ato infracional, conforme previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A complexidade aumenta quando, após dois anos em coma, Luana retorna à vida social e encontra apoio em uma delegada. Contudo, ao buscar justiça, descobre que os delitos praticados durante a menoridade dos agressores já haviam prescrito, inviabilizando a responsabilização criminal. A obra ainda permite que se observe que a analise pode partir do momento datado na obra, à luz da lei vigente de então, ou se pode analisar sob a ótica da lei atualizada. Pela narrativa o crime foi em 2016, e de lá até os dias atuais houve muitas mudanças no Código Penal. Questões que podem fazer parte inclusive de elaboração de provas pelo professor que queira utilizar a obra. Esse recorte da ficção, está no início da narrativa, e já evidencia a potencial desta ficção para os estudos do Direito Penal. Muitas analises podem ser feitas, só na leitura do capitulo 01, Um Sonho Despedaçado, Luana, até o capítulo 5. A partir da leitura, foi possível dialogar com artigos, teses e estudos que tratam dos crimes contra a dignidade sexual, da maioridade penal e das qualificadoras relacionadas à prática mediante uso de substância entorpecente. Ainda permitiria abordar se caberia a Lei Maria da Penha, ou refletir sobre a prostituição, se abandonar um filho em um hospital configura crime, se a escola de alguma forma poderia ser responsabilizada, e assim por diante. Com a riqueza de uma narrativa em forma de arte literária, as possibilidades se multiplicam. e permitem que o estudante exercite a interpretação, a construção de argumentos e o amadurecimento de ideias que posteriormente podem se materializar em peças jurídicas, sentenças, contratos ou sustentações orais. Nesse sentido, o resultado alcançado pela pesquisa mostrou-se positivo. A obra analisada contribui não apenas para o estudo do Direito Penal, mas também para o fortalecimento das habilidades intelectuais e argumentativas dos acadêmicos. E contribui para o movimento Direito e Literatura, como mais uma obra literária a ser usada para a reflexões do mundo jurídico.

Conclusão

A literatura revela-se instrumento essencial para o ensino jurídico, pois amplia a compreensão da realidade e

estimula a reflexão crítica, além de permitir o desenvolvimento intelectual e discursivo dos acadêmicos. Ao dialogar com narrativas ficcionais, o estudante desenvolve sensibilidade, imaginação e capacidade argumentativa, qualificando sua futura prática profissional. Assim, integrar Direito e Literatura é um caminho necessário para superar métodos conservadores, promover interdisciplinaridade e formar juristas mais críticos, criativos e socialmente responsáveis.

Referências

REZENDE ,Kênio. Conexões Explosivas. ed. Brasília, DF. 2025. VESPAZIANI, Alberto. O poder da linguagem e as narrativas processuais. ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 69-84, maio 2015. ISSN 2446-8088. https://www.conjur.com.br/2021-fev-08/maioridade-menores-extingue-aplicacao-ato-infracional/#:~:text=A%20S%C3%BAmula%20605%20do%20Superior%20Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a,enquanto%20n%C3%A3o%20atingida%20a%20idade%20de%2021%20anos%22. https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2024/08/19/o-que-se-sabe-sobre-estupro-coletivo-contra-menina-de-13-anos-durante-encontro-com-suposto-namorado.ghtml https://www.acasadolivrojuridico.com.br/cdn/imagens/files/manuais/23671_direito-penal-partes-geral-e-especial.pdf https://jus.com.br/artigos/78231/analise-do-tipo-penal-do-crime-de-estupro-e-o-eca https://inb.org.br/direito-e-literatura-por-andre-karam-trindade/ https://www.jusbrasil.com.br/artigos/notas-sobre-o-texto-o-estudo-do-direito-e-literatura-no-brasil-surgimento-evolucao-e-expansao/581357872?msockid=0055bf3bed79660930bdad53ecb7678f